



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639254 - SP (2021/0006025-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VITOR JOSÉ TOZZI CAVINA - PR055590
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR DA SILVA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR DA SILVA PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501509-97.2019.8.26.0559).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão no regime inicialmente fechado e de 500 dias-multa, pela prática do delito do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, por ter sido flagrado na posse de 712,92g de maconha.

Neste *writ*, a impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que não houve fundamentação idônea para o afastamento da minorante do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas e para a escolha do regime prisional mais gravoso, tendo sido considerada apenas a gravidade em abstrato do delito.

Alega, ainda, que, com a incidência da minorante do tráfico privilegiado, o paciente faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do *writ* para que sejam reduzidas as reprimendas, estabelecido regime prisional mais brando e substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que os pedidos se confundem com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente